

BODE EXPIATÓRIO

DENIS VIEIRA ROCHA – Auditor-Fiscal do Trabalho, pensador e ativista social e escritor

O servidor público federal é uma categoria que vem sendo escolhida como objeto de culpa no nosso sistema social. Tal evidência justifica-se pelo medo e outras emoções brotados desta nação dada atual crise política, ética, social e econômica.

Essa expiação é fruto da Ideologia, conjunto de crenças, valores e ideias, perpetradas pelo governo Temer, de modo sutil, para explicar o desemprego e demais agravos sociais cujo verdadeiro motivo é manter o *status quo* e, assim, afastar qualquer contrapartida das forças ou movimentos sociais reacionários em prol da Democracia Participativa, uma vez que a Representativa encontra-se em xeque, dadas corrupção e interesses ilegítimos grupais de facções privilegiadas que transitam no Poder e o mantêm. E, desse modo, o povo vem, passivamente, legitimando a PEC 241/2016, particularmente, aqueles que não serão afetados diretamente por esse futuro diploma legal, haja vista as fartas pesquisas de opinião.

Por outro lado, a Economia, pseudociência probabilística, por seus economistas, estabelece teses, costumeiramente contraditórias entre si, com vistas à administração de escassez de recursos e a projetar soluções visionárias, que muitas vezes são ineptas: citem-se as previsões econômicas de meta de inflação e do PIB do governo Dilma, sempre inatingíveis. Ajuste fiscal contracionista, a rigor, reduz a inflação de demanda. A inflação existente, ao contrário, é de custos, dados efeitos psicológicos nos agentes financeiros que, por isso, aumentam seus preços (senão teríamos deflação) e oligopólio do mercado de bens e serviços diversificados inerentes ao sistema capitalista. E ainda mais, como efeitos colaterais, esse tipo de política contencionista de Estado-mínimo diminui a produção e fomenta o desemprego. Ou seja, o oposto a que se visa como solução para os desajustes por que passa o país.

Com o ajuste proposto, o mercado financeiro e bancos gozarão, ainda mais, de exorbitantes dividendos. Justamente porque essa tamanha instabilidade tem origem no mercado de capital volátil, por conta de empréstimos de governos passados com fim de ganância desenfreada e obras amiúde superfaturadas, especialmente no governo Dilma. E o arrocho em tal categoria de trabalhadores e precarização do sistema de serviços públicos pretendidos têm como fito, precisamente, honrar a consequente dívida pública em razão das más gestões e crimes do colarinho-branco. E desse modo cooptar mais investimentos do mercado especulativo estrangeiro cujos investidores só buscam país que detém credibilidade fiscal, a título de segurança, e juros altos para um retorno contábil robustecido. E, por conseguinte, manter e perpetuar o ciclo neoliberal.

E, até há pouco, o executivo, de longa data, do mercado financeiro internacional, Henrique Meirelles, o ministro da Fazenda, portanto, comprometido até o pescoço com o sistema especulativo, reza por cartilha liberalizante – que fomenta a desigualdade, desespero social; daí, anomalia e, assim, os desvios sociais, criminalidade, por exemplo, em prol do gozo de sanguessugas que trafegam pela globalização. O que esse senhor realmente pretende é efetivar um “experimento” econômico. E, se não acertado, trará inescapável ruptura da coesão social; e esperada fuga de capital oportunista na busca de vampirizar outros sistemas sociais vulneráveis tais qual o nosso.

Por fim, o servidor público federal é um dos protagonistas que tocam o Brasil adiante: não merece sensível ingloria!